

GLOBALIZAÇÃO E LINGUICÍDIO: OS IMPACTOS NA SOBREVIVÊNCIA DAS LÍNGUAS AFRICANAS NA (GEO)LINGUÍSTICA CONTEMPORÂNEA

GLOBALIZATION AND LINGUICIDE: THE IMPACTS ON THE SURVIVAL OF AFRICAN LANGUAGES IN CONTEMPORARY (GEO)LINGUISTICS

Gislene Lima Carvalho (UNILAB)¹

Marcelino Issa da Cunha (UFRGS)²

Wilson Miguel Turé (UFPR)³

Reginaldo Umateb Santiago Neto (UFPR)⁴

Resumo: Este artigo investiga, a partir de uma perspectiva decolonial, como a globalização, *eurofonia* (línguas europeias hegemônicas, nomeadamente, francês, inglês, italiano, espanhol e português) e o linguicídio afetam a sobrevivência das línguas africanas, analisando os impactos da homogeneização cultural e, consequentemente, da *eurofonização* do continente africano e endereçando críticas ao pluricentrismo, não só no âmbito da lusofonia, mas para todas as fônias/euro. Nesse sentido, o artigo partilha a ideia de que existem dois polos quando se trata da língua portuguesa: Brasil e Portugal, sendo o primeiro como o destino e o futuro dessa língua. Ao mesmo tempo, discute-se a necessidade de adotar uma política linguística *afrocêntrica*, no caso dos países africanos, que valorize e preserve as línguas autóctones. Por meio de revisão bibliográfica, o estudo evidencia que os legados coloniais e os processos globais intensificam a marginalização das línguas locais, enquanto iniciativas de revitalização e estratégias educacionais bilíngues oferecem caminhos para sua preservação.

Palavras-chave: globalização; linguicídio; afrocentrismo; eurofonização.

¹ Professora Adjunta na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC), com pesquisa na área de Linguística Aplicada. Licenciada em Letra-Português-Espanhol pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Desenvolve e orienta trabalhos na área de Ensino de Português como Língua Adicional, com foco nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP); Políticas Linguísticas; Lexicologia e Lexicografia. E-mail: gislenecarvalho@unilab.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8773-6245>

² Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e graduado em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), curso de qualificação em Diploma Internacional em Políticas Linguísticas para Multilinguismo: Discussões e Práticas para Diversidade e Interculturalidade pela Universidade de Antioquia/UNESCO (Medelin Colômbia). Suas pesquisas concentram-se em políticas de educação linguística para o português na Guiné-Bissau, com foco especial no ensino de gramática e nas dinâmicas de contextos multilíngues. Além de sua experiência docente, atualmente atua como vice-coordenador do Grupo Guineense de Pesquisa em Linguística (TCHON DI LINGU - GGPlin). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8154920255225118> ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0758-6643>. E-mail: marcelinoissacunha@gmail.com.

³ Doutorando em Letras – Estudos Literários pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Letras – Estudos Literários pela mesma instituição. Licenciado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: wilsonture22@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9440-6053>

⁴ Doutorando em Letras – Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Letras – Estudos Linguísticos pela mesma instituição. Graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-3170-6885> Email: umatebreginaldo@gmail.com

Abstract: This article investigates from an anti/des/de/colonial perspective how globalization, *Europhony* (hegemonic European languages, namely French, English, Italian, Spanish and Portuguese) and linguicide affect the survival of African languages, analyzing the impacts of cultural homogenization and consequently, *Europhonization* of the African continent. Addressing criticism of pluricentrism, not only in the context of Lusophony, but for all phones/euro. In this sense, the article shares the idea that there are two poles when it comes to the Portuguese language: Brazil and Portugal, the first being with the destiny and future of this language. At the same time, it discusses the need to adopt an *Afrocentric language policy*, in the case of African countries, that values and preserves indigenous languages. Through literature review, the study shows that colonial legacies and global processes intensify the marginalization of local languages, while revitalization initiatives and bilingual educational strategies offer paths for their preservation.

Keywords: globalization; linguicide; afrocentrism; europhonization.

Introdução

A globalização tem remodelado as estruturas sociais, culturais e linguísticas em escala mundial. No contexto africano, esse processo intensifica o fenômeno do linguicídio, pelo qual as línguas autóctones gradualmente perdem espaço para línguas dominantes, sobretudo os oriundos dos legados coloniais (as línguas *eurofonas*). A predominância do português, por exemplo, nas ex-colônias lusófonas contrasta com a rica diversidade linguística que caracteriza o continente. Além disso, a *eurofonização*, o impulso para a consolidação de línguas europeias, reflete um legado histórico que, aliado às forças globais, contribui para a marginalização das línguas africanas. Por outro lado, as vozes contemporâneas clamam por uma política linguística *afrocêntrica*, que, a partir de uma perspectiva decolonial, proponha a valorização, a documentação e a revitalização das línguas locais.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é investigar como a globalização e o linguicídio afetam a sobrevivência das línguas africanas, destacando as implicações na diversidade cultural e linguística no campo da (geo)linguística contemporânea. Os objetivos específicos consistem em:

- Analisar os processos de linguicídio no contexto africano, considerando os impactos históricos e atuais da globalização;
- Examinar as relações entre globalização, homogeneização linguística e marginalização das línguas locais;
- Identificar estratégias e iniciativas de preservação e revitalização das línguas africanas, avaliando sua eficácia frente às dinâmicas globais de poder cultural e linguístico.

Sendo assim, discute-se ainda, neste artigo, o movimento da Europa em eurofonizar o continente africano, relegando a segundo plano as manifestações linguísticas endógenas. Esse processo de apagamento linguístico tende a alcançar comunidades cada vez mais remotas, com potenciais impactos sobre saberes ancestrais e vínculos intergeracionais. Tal dinâmica reforça a dependência pós-colonial e compromete a preservação dos ecossistemas linguísticos africanos, demandando políticas públicas como a educação bilíngue e a mobilização comunitária.

A partir de revisão bibliográfica, discutimos como a construção de uma política linguística afrocêntrica pode se tornar um instrumento essencial para assegurar a continuidade e o florescimento do patrimônio linguístico africano no século XXI.

1 Procedimentos metodológicos

Esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica estratégica, também denominada “pura” ou “fundamental”, cuja finalidade é de ordem essencialmente intelectual. Segundo Andrade (2010), essa vertente busca a satisfação do propósito de adquirir novos conhecimentos, contribuindo diretamente para o avanço da ciência. Embora este trabalho se volte para um âmbito predominantemente teórico, o levantamento realizado é indispensável para subsidiar futuras investigações focadas em intervenções práticas ou aplicadas, conforme apontam Fontelles et al. (2009) e Villaverde et al. (2021).

Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, ideal para o exame de fenômenos sociais e culturais complexos, como as políticas linguísticas e os legados coloniais. De acordo com Creswell (2010), essa abordagem permite ao pesquisador articular diferentes compreensões filosóficas, recorrendo a diversas estratégias de investigação, coleta, análise e interpretação para capturar a profundidade da temática estudada.

O corpus de análise foi constituído por meio de pesquisa bibliográfica que, segundo Fontelles et al. (2009), consiste na apreciação cuidadosa e sistemática de materiais já disponíveis, tais como livros, dissertações, teses e documentos oficiais. O debate teórico-crítico deste artigo foi edificado a partir de interlocuções com autores fundamentais como Asante (2009), Ngugi wa Thiong'o (2000), Petter (2015) e Roy-Campbell (2006), entre outros.

Os materiais selecionados foram submetidos a um tratamento analítico e comparativo. Isso significa que as fontes não foram apenas descritas, mas contrapostas e examinadas criticamente. Esse processo buscou identificar as convergências e divergências na literatura sobre como a eurofonização atua na subalternização das línguas locais, permitindo traçar paralelos e propor a necessidade de uma política linguística afrocêntrica.

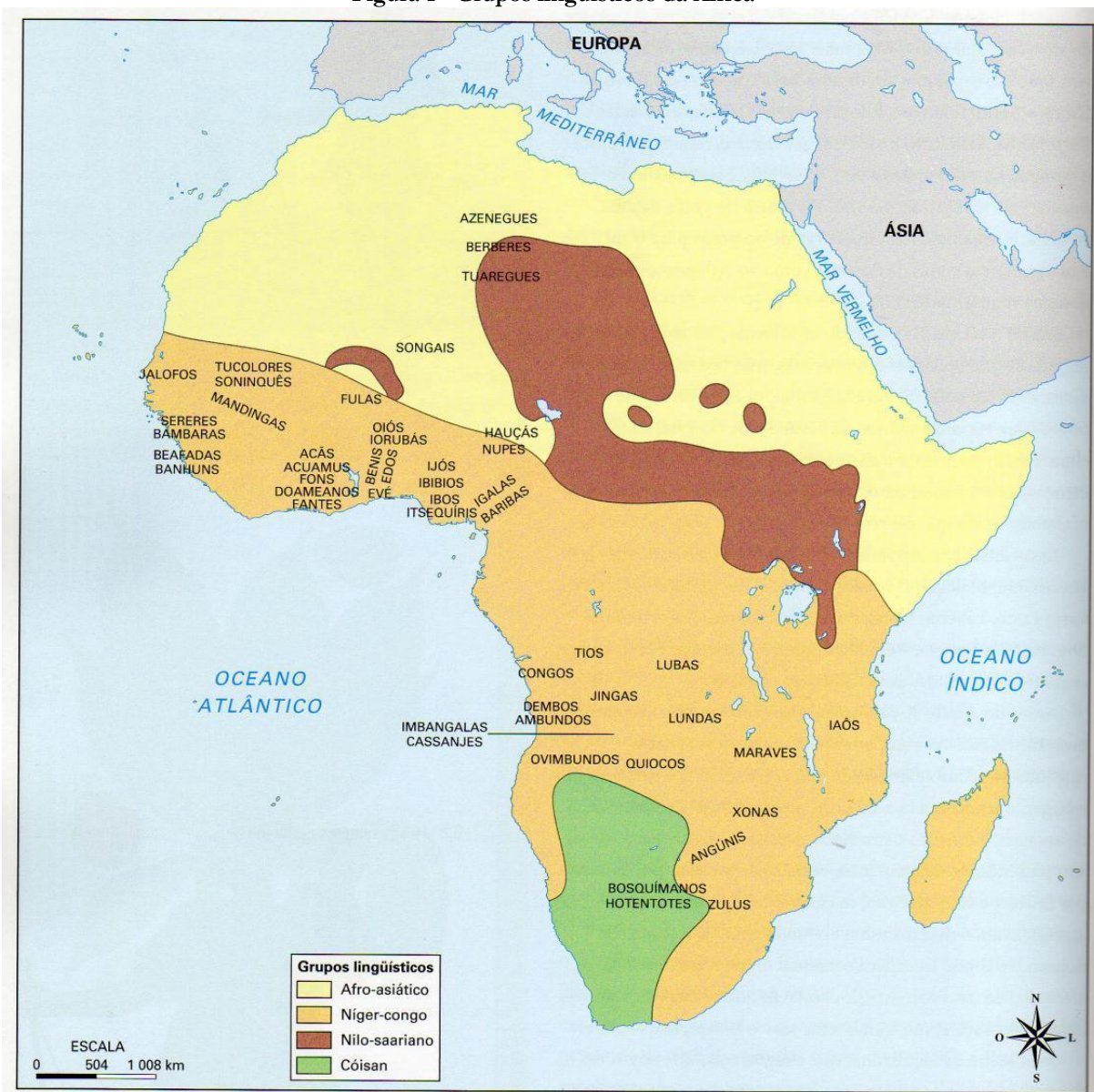
Como limitação em relação ao procedimento metodológico proposto, destaca-se que este estudo não utilizou fontes primárias. A investigação não envolveu trabalho de campo, aplicação de questionários ou coleta de dados empíricos diretos nas comunidades falantes; baseou-se, estritamente, na análise e discussão de dados secundários, ou seja, em debates, teorias e produções científicas previamente estabelecidas.

2 Apontamentos teóricos

2.1 As línguas africanas na era da globalização

O continente africano abriga mais de 2000 línguas nativas, de acordo com Petter (2015), sem contar as línguas dos colonizadores e aquelas que surgiram do contato com estas línguas. No entanto, parte destas línguas está desaparecendo à medida que diminuem seu número de falantes, consequência das políticas linguísticas implementadas ou pela ausência de políticas que visem à manutenção destas línguas. As línguas africanas são classificadas como provenientes de 4 troncos linguísticos: nigero-congolês, nilo-saariano, coissã e afro-asiático, e apresentam características próprias que permitem o agrupamento de diversas línguas em cada um deles. Essa classificação evidencia a riqueza e a complexidade das línguas africanas e serve como base para estudos sobre suas origens, contatos e transformações ao longo do tempo. A figura a seguir sintetiza essa divisão linguística no território africano:

Figura 1 - Grupos linguísticos da África



Fonte: Núcleo de Apoio à Pesquisa - Brasil África (2026)⁵

A globalização traz implicações paradoxais para as línguas africanas, considerando a quantidade de línguas existentes. De um lado, a crescente interconexão mundial pressupõe a emergência de uma “aldeia global” onde menos línguas seriam suficientes, o que, segundo Roy-Campbell (2006, p. 2), leva à previsão alarmante de que “90% das línguas do mundo serão extintas neste século⁶ (tradução nossa⁷)”. Em contexto africano, muitos tendem a interpretar esse “mundo cada vez menor” como justificativa para substituírem línguas endógenas, maternas, por línguas coloniais na educação, na administração e na mídia. No entanto, como adverte Roy-Campbell (2006), esse quadro não é inevitável. Ela propõe uma visão alternativa em que a globalização pode ampliar o prestígio das línguas africanas, pois muitas delas já estão sendo ensinadas em universidades e escolas fora da África, conferindo-lhes respeitabilidade e visibilidade internacional

⁵ Núcleo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

⁶ No original: *90% of the world's languages will become extinct this century* (ROY-CAMPBELL, 2006, p. 2).

⁷ Todas as traduções são da nossa responsabilidade.

através de projetos individuais de extensão. A autora destaca que “Kiswahili é uma das línguas africanas mais populares ensinadas neste país⁸ (no exterior)” (Roy-Campbell, 2006, p. 1). A autora lista, ainda, outras línguas africanas que são estudadas no exterior, como “*Wolof, Xhosa, Yoruba*”, entre outras, tornando-se fonte de orgulho para seus falantes e conectando culturas para além do continente africano. Esse processo de *transculturalidade*, em que as línguas africanas veiculam a “cultura da África” em outros países, reflete um aspecto positivo da globalização porque, segundo a autora, “isso faz parte da globalização, espalhando a cultura da África para outras partes do mundo”⁹ (2006, p. 1).

Apesar dessa dimensão promissora, o balanço global acerca das línguas africanas ainda é preocupante. Muitas línguas locais na África estão se tornando irrelevantes no dia a dia de suas comunidades. Mudanças de código linguístico nas casas, educação exclusivamente em línguas estrangeiras e a urbanização acelerada contribuem para o linguicídio das línguas locais. Segundo Zsiga, Boyer e Kramer (2014, p. 4), várias línguas africanas já estão em situação crítica, por exemplo, o Sebirwa (Botsuana) e o Nao (Etiópia) “estão sendo usados em esferas cada vez mais restritas” e “sem revitalização, ambos serão extintos em breve”¹⁰. Essas línguas estão sendo aprendidas/utilizadas apenas por gerações mais velhas e em usos cerimoniais, escancarando um fenômeno irreversível de perda de domínio linguístico. Peter Mühlhäusler (1996), ao tratar de ecologia linguística, ressalta que a educação colonial foi particularmente destrutiva em grande parte do mundo, pois “as línguas metropolitanas substituíram a maioria das línguas do mundo como fontes de conhecimento”¹¹ (Mühlhäusler, 2003, p. 274) e políticas escolares subversivas garantiram a desvalorização das línguas tradicionais (Mühlhäusler, 1996, p. 274). Phillipson (1992) assinala que tanto os impérios britânicos quanto o francês compartilhavam um legado comum, implementaram “uma política explícita de ‘civilizar os nativos’”¹² e atribuíram à “Língua mestra”¹³ propriedades civilizadoras. Esse legado de linguicídio ideológico permanece até hoje, os africanos educados internamente passaram a “internalizar a linguagem e muitas das atitudes de seus mestres”¹⁴, mantendo, assim, a dependência cultural e linguística (PHILLIPSON, 1992, p. 128).

2.2 Globalização, Transculturalidade e Translinguagem

A globalização, para Boaventura de Sousa Santos (2002, p. 394), não é um fenômeno homogêneo. Segundo o autor, “não há globalização senão localizações globalizadas”. Isto é, a globalização hegemônica parte de certos lugares com poder para impor sua visão ao mundo todo. Mas há, também, o que ele chama de globalização contra-hegemônica, redes de resistência que conectam lutas locais em escala global. No caso africano, a pressão das línguas europeias sobre as línguas locais é um exemplo de globalização hegemônica. Ao mesmo tempo, o ensino de línguas africanas no exterior, como mostra Roy-Campbell (2006), pode ser lido como um movimento contra-hegemônico.

Roy-Campbell (2006, p. 2) observa que jovens de origem africana ministram cursos de Kiswahili, Wolof, Xhosa, Yoruba e outras línguas em universidades dos EUA, Europa e Japão e isso as insere “no cenário mundial”¹⁵. Neste viés, podemos citar, no Brasil, a Universidade da

⁸ No original: Kiswahili is one of the more popular African languages taught in this country (2006, p. 1).

⁹ No original: *This is part of globalization, spreading the culture of Africa to other parts of the world* (p. 1)

¹⁰ No original: are being used in increasingly restricted spheres” e “without revitalization, both will soon be extinct (2014 p. 4).

¹¹ No original: metropolitan languages have displaced the majority of the world’s languages as sources of knowledge (Mühlhäusler, 1996, p. 274).

¹² No original: an explicit policy of “civilizing the natives (Phillipson, 1992, p. 128).

¹³ No original: master language (1992, p. 128)

¹⁴ No original: internalize the language and many of the attitudes of their masters (p. 128)

¹⁵ No original: on the world stage (Roy-Campbell, 2006, p. 2)

Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab, cujo Núcleo de Línguas oferta cursos de línguas e culturas africanas: Guineense, Caboverdiano e Lingala (Angola).¹⁶ Podemos dizer que essa ação representa uma forma de transculturalidade, pois as línguas veiculam conhecimentos e valores africanos globalmente, abrindo canais de comunicação multidirecionais. Segundo Roy-Campbell (2006, p. 1), "isso faz parte da globalização, espalhando a cultura africana para outras partes do mundo"¹⁷.

Assim, a globalização também cria oportunidades para valorizar as línguas locais como portadoras de conhecimento endógeno. Roy-Campbell (2006) enfatiza que o conhecimento ancestral, transmitido em línguas africanas, é um recurso chave para empoderar comunidades, utilizá-lo amplia "o espaço para que as línguas africanas se tornem uma parte essencial da base de conhecimento"¹⁸ e permite que a África participe da globalização nos seus próprios termos.

Quanto à transculturalidade, Catherine Walsh (2012, p. 62) propõe o conceito de interculturalidade crítica, que não se limita a reconhecer a diversidade. Ela afirma que "a interculturalidade crítica é uma ferramenta pedagógica que questiona permanentemente a racialização, subalternização e inferiorização e seus padrões de poder"¹⁹. Para Walsh, trata-se de um projeto que visa transformar as estruturas coloniais de poder, saber e ser. Aplicado ao campo linguístico em análise, significa questionar por que apenas as línguas europeias têm status oficial, em alguns países africanos, e desafiar essa hierarquia.

No plano educacional, García e Wei (2014, p. 22) definem translanguagem como "o ato realizado por bilíngues de acessar diferentes características linguísticas ou vários modos do que são descritos como línguas autônomas, a fim de maximizar o potencial comunicativo"²⁰. Diferente da simples alternância de código, a translanguagem parte do princípio de que os falantes bilíngues têm um repertório linguístico único, e não duas línguas separadas. Em salas de aula africanas, essa abordagem permite que professores e alunos usem todas as suas línguas para ensinar e aprender.

No entanto, a aplicação do ensino bilíngue ainda é uma carência em diversos contextos multilíngues africanos, nos quais o ensino está centrado apenas na língua oficial de instrução. Como testemunha, um estudo de Brock-Utne e Desai (2003, p. 11), na Tanzânia e África do Sul, tiveram "que desenvolver estratégias de gerenciamento de sala de aula, como troca de código e tradução ... porque [os alunos] têm uma barreira no uso e compreensão da língua inglesa"²¹. Essa abordagem multilíngue integrada não apenas melhora o aprendizado da língua, mas também fortalece a identidade local, uma vez que o falante se vê representado nas práticas linguísticas e educacionais. Em suma, as estratégias de *translanguaging* se aliam às de transculturalidade, facilitam a criação de pontes cognitivas entre saberes africanos e conhecimento global, sem abandonar as línguas de origem.

Portanto, a análise dos impactos da globalização nas línguas africanas evidencia tensões profundas. A mundialização da economia e da comunicação tende a privilegiar algumas línguas hegemônicas, acelerando processos de linguicídio e de eurofonização (temática discutida no tópico a seguir). Contudo, como mostram Roy-Campbell (2006), Zsiga, Boyer e Kramer (2014) e outros estudiosos, há estratégias para enfrentar esse desafio.

¹⁶ Mais informações: <https://nucli.unilab.edu.br/>

¹⁷ No original: "this is part of globalization, spreading the culture of Africa to other parts of the world". (Roy-Campbell, 2006, p. 1).

¹⁸ No original: the space for African languages to become an essential part of the knowledge base (2006, p. 7).

¹⁹ No original: la interculturalidad crítica es una herramienta pedagógica que cuestiona permanentemente la racialización, subalternización e inferiorización y sus patrones de poder. (Walsh, 2012, p. 62).

²⁰ No original: "the act performed by bilinguals of accessing different linguistic features or various modes of what are described as autonomous languages, in order to maximize communicative potential". (García e Wei, 2014, p. 22).

²¹ No original: we have to develop classroom management strategies like code-switching and translation ... because [os alunos] have a barrier in their use and understanding of the English language (Brock-Utne; Desai (2003, p. 11).

A translanguagem, aliada à interculturalidade crítica, pode ajudar a superar essas barreiras. Em vez de ver as línguas africanas como obstáculo, a escola pode usá-las como ponte. Isso fortalece a identidade dos alunos e valoriza o que eles já sabem.

2.3 A eurofonização do continente africano

Por que as línguas africanas não podem falar em nome do continente?

De acordo com Turé (2025), os textos coloniais que descrevem a África a partir da ótica europeia revelam uma visão externa e distorcida da realidade africana. Nessa lógica, os escritores coloniais funcionaram como instrumentos do projeto imperial, utilizando suas obras para difundir a cultura ocidental e europeizar outros povos (*eurocentrism*), processo que se concretizou pela desvalorização e até pelo apagamento das identidades e valores socioculturais próprios.

Considerando essa análise, a eurofonização pode ser compreendida como um processo de apagamento das línguas africanas, reproduzindo o mesmo propósito de europeizar outros povos. Tal prática, alinhada ao projeto colonial descrito por Turé (2025), reforça a imposição da cultura ocidental e contribui para a subestimação ou mesmo supressão das identidades e valores socioculturais endógenos.

Vale lembrar que a partilha da África pelos apóstolos [do capitalismo] em Berlim (1884-1885), na “última ceia” (Azagaia, 2013), deu início à germinação ideológica do que está sendo chamado aqui de eurofonia – divisão e definição linguísticas dos países africanos segundo os países europeus que os invadiram (Santiago Neto, 2025). A partir dessa divisão, nota-se que as partes atribuídas às diferentes potências coloniais na altura passaram a carregar a demarcação linguístico-territorial: a de Portugal passou a ser chamada de lusofonia; a da França de francofonia; da Espanha de hispanofonia; da Inglaterra de anglofonia, assim sucessivamente. Como forma de unir essas “fonias” em uma única expressão, propomos, neste artigo, o termo eurofonia - remetendo, ao mesmo tempo, às línguas europeias hegemônicas.

Nesse sentido, propomos, neste artigo, o conceito de eurofonização para designar o processo de transformação ou de se tornar; em outras palavras, uma prática de poder que visa transformar ou impor, em contextos linguísticos africanos (ou não-europeus), línguas, formas ou hábitos linguísticos europeus. Além disso, apregoa-se a crença de que essas línguas são de uso cotidiano no continente, ainda fazendo crer que há uma relação “harmoniosa” entre o colonizador e o colonizado (Faraco, 2016), e que não existe a relação de dominação ideolinguística em que uma variedade (de qualquer língua europeia hegemônica) é tida como o modelo ideal e que não ecoam vozes ocultas e de pertencimento autoritário sobre os polos que compõem a eurofonia (anglo, franco, luso, hispano etc.). Sendo assim, a idealização de laços de irmandade entre os países africanos e os países europeus foi fabricada e difundida largamente tornando impossível, por um tempo, ouvir as vozes pan-africanas críticas denunciando o extermínio das línguas.

A *eurofonização* também pode ser entendida como o processo pelo qual as línguas hegemônicas europeias, principalmente o inglês, o francês e o português, passaram a definir os países africanos e, conseqüentemente, os cidadãos africanos, assim como sua consolidação como as únicas línguas de prestígio e instrumento de comunicação formal em determinados países da África. Referimo-nos, em outras palavras, ao processo de apagamento linguístico das línguas autóctones africanas e à naturalização *fônica* das línguas europeias nesse continente. Como consequência, têm-se, em África, países lusófonos, francófonos, anglófonos e hispanófonos, como se as únicas línguas faladas nesses espaços fossem as línguas europeias, ou como se todos ali falassem essas línguas.

Compreender a *eurofonia* exige uma retrospectiva sobre os conceitos/denominações ideológicas e linguísticas até então aceitas no mundo e nas academias ocidentais e ocidentalizadas: lusofonia, francofonia, hispanofonia e anglofonia (ver, Faraco 2012; 2016). Phillipson (1992, p. 37) defende que “a expansão dos sistemas linguísticos dominantes contribui para a marginalização das

línguas locais". Em ex-colônias, a imposição da língua do colonizador perdura mesmo após a independência, como demonstrado por Ngũgĩ Wa Thiong'o (2000, p. 45), que argumenta que "o legado colonial desestruturou os sistemas linguísticos autóctones". Como exemplo, podemos citar países africanos que, embora possuam diversas línguas autóctones, apenas a língua europeia tem o status de oficial, dentre os quais, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Assim, a *eurofonização* mantém-se como um fenômeno que reforça estruturas de poder e perpetua a dependência linguístico-cultural, dificultando a revitalização das línguas africanas.

Vale lembrar que a linguística europeia, como ciência, espelhou por um bom tempo o desprezo, arrogância e racismo linguístico que vem pregando ao longo do tempo em desfavor das línguas não europeias, as africanas especificamente. Os aparatos linguísticos inventados e exigidos como pré-requisitos para oficialização de uma língua: dicionário, gramática, entre outros (ver, Calvet, 2007), constituem instrumentos de controle linguístico que desconsideram a realidade social, cultural e linguística africana, sobretudo de países historicamente submetidos a processos coloniais e rotulados como "em desenvolvimento", conforme a classificação de organismos financeiros internacionais.

A África nunca viveu a unificação linguística, ou seja, nunca foi propósito dos africanos "unir os povos em uma única língua". Isso é puramente europeu, quando, de forma escandalosa, decidiram adotar e propagar o modelo de 'Estado-nação', um modelo historicamente associado à redução da diversidade linguístico-cultural. Sendo assim, começou, ainda na Europa, o extermínio das línguas e variedades faladas, consideradas dialetos ou jargões, a depender do lugar e das pessoas pertencentes às comunidades onde são utilizadas. Basta acompanhar a história da invasão napoleônica no início do século XIX e a história da variedade que se chama hoje de francês. A própria denominação é questionável, pois o status de língua cabe às hegemônicas, enquanto as demais são dialetos, jargões, crioulos. Lagares (2018, p. 43-44) aponta que "o letramento e o planejamento, como prática colonial, são responsáveis pela nomeação das línguas africanas", fazendo com que rótulos linguísticos substituíssem a identidade.

Considerando o objetivo dessa seção, a (i)responsabilidade da União Africana é de sublinhar a luta pela independência ou a luta contra todas as formas de dominação estrangeira, implícita ou explícita (neo)colonialismo, uma vez que sua criação teve como fundamento ou base a união e fortalecimento dos estados africanos independentes ou ainda sob domínio colonial europeu. Contudo, a atuação dessa organização tem sido limitada, o que reflete a dependência de suas agendas em relação a organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, que, ao financiarem a organização que congrega 54 países, passam a influenciar suas agendas particulares.

E é de sublinhar que foram vários seminários organizados pela União Africana sobre as línguas africanas, reclama Thiong'o (2016), mas as resoluções até então não saíram do papel. Começando: é de lembrar que no ano 2000,

Vários estudiosos e escritores africanos se reuniram na Eritreia e produziram a *Asmara Declaration on African Languages and Literatures*, que começa seus dez pontos invocando as línguas africanas a assumirem o dever, o desafio e responsabilidade de falarem em nome do continente. Em seguida, ela lista nove outras obrigações que incluem o reconhecimento da vitalidade, igualdade e diversidade das línguas africanas como base para o futuro outorgo de poder de povos africanos. A necessidade de comunicação entre línguas africanas e seu desenvolvimento em todos os níveis do sistema escolar; a promoção de pesquisa, ciência e tecnologia em línguas africanas; a necessidade de democracia e igualdade entre os sexos no desenvolvimento das línguas africanas; e conclui enfatizando que as línguas africanas são fundamentais para a descolonização de mentes africanas e para o renascimento africano (Thiong'o, 2016, p. 2685-2686).

E, ainda, vale ressaltar que,

[...] na sua sexta sessão ordinária em Cartum, a União Africana (sucessora da OUA) enfatizou a importância de línguas africanas como ferramentas importantes para educação e cultura, desenvolvimento e progresso, ao decidir estabelecer uma Academia Africana para Línguas como um escritório especializado office da UA e teria sede em Bamako, capital de Mali. Na mesma sexta sessão ordinária em Cartum, a União decidiu declarar 2006 o ano de Línguas Africanas (Thiong'o, 2016, 2686).

Contudo, conforme assinalado, grande parte dessas iniciativas não foi implementada, e os esforços continuam direcionados à promoção das línguas europeias hegemônicas, com participação em seminários e conferências internacionais nos quais são propostas estratégias de internacionalização e difusão dessas línguas, quando tais estratégias poderiam ser adaptadas para a valorização das línguas africanas.

A presença de lideranças alinhadas a interesses externos nos espaços de decisão constitui um dos desafios africanos, na medida em que a adesão a perspectivas exógenas pode comprometer as pautas de afirmação do continente (Chinweizu, 2004). Segundo Thiong'o (2000), há intelectuais africanos que, despojados de sua cultura e identificados com valores europeus, atuam em desfavor dos interesses do continente. Chinweizu (2004) denomina esses sujeitos como africanos que se alinham culturalmente ao Ocidente, dispostos a negociar o patrimônio africano.

Voltando à eurofonização e sem perder de vista a guerra em torno da língua, podemos afirmar que, nesse cenário de disputas linguísticas frequentemente encoberto pelo discurso da globalização como “aldeia global”, o pan-africanismo e o afrocentrismo linguístico seriam primordiais para revitalização, valorização e promoção das línguas africanas para, assim, nos definirmos linguisticamente como bem entendermos, a partir das nossas próprias línguas. Tudo isso com realizações de encontros internacionais sérios que visem (re)pensar, salvar e difundir as línguas africanas.

Na seção anterior, abordamos *As Línguas Africanas na Era da Globalização* em que, para além de tecermos críticas ao termo/conceito, apontamos que a globalização pressiona línguas africanas ao privilegiar idiomas coloniais na educação e na mídia, alimentando as previsões de extinção de até 90% das línguas do mundo (Roy-Campbell, 2006). Ao mesmo tempo, o ensino de línguas africanas nas universidades estrangeiras, como projetos de extensão, eleva seu prestígio e visibilidade internacional/comunitária.

Entretanto, muitas línguas minorizadas são usadas apenas em contextos cerimoniais e por gerações mais velhas e, por isso, seguem em declínio irreversível devido à urbanização e às políticas educacionais coloniais (Zsiga *et al.* 2014; Muhlbauser, 1996; Philipson, 1992). É interessante sublinhar, ainda, que a língua teoricamente comum, compartilhada dentro do que se convencionou chamar de lusofonia, não é compreensível ou intercompreensível por todos os falantes (Faraco, 2016).

Essa não compreensão pode ser interpretada como o resultado do desprezo pelo “Outro” - colonizado, silenciado e subalternizado - e, no caso do crioulo do latim falado em Portugal, chamada gloriosamente de “Língua Portuguesa”, sempre as variedades faladas pelos africanos são incompreensíveis - desprezadas e silenciadas. Mas busca-se aprender o inglês, o francês, o alemão, o italiano etc. Em outras palavras, eurofonizar a África também pressupõe colocar novamente nos africanos a máscara que a Anastácia era obrigada a utilizar - máscara que simboliza o silenciamento - Kilomba (2019). E não só, como “[...] implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura” (p. 33).

Falar da promoção e internacionalização das línguas europeias hegemônicas (eurófonas) no séc. XXI “virou moda”, e esse modismo põe de lado alguns fatos que se vê aos olhos nus. Quando se fala da promoção da LP, está se falando, automaticamente, da promoção da cultura portuguesa. Nesse contexto de competição linguística, os países africanos que adotaram o português como língua oficial tiveram suas culturas progressivamente marginalizadas, em um processo de erosão linguístico-cultural contínua, visto que as variedades faladas nesses países

raramente são consideradas parte integrante da língua portuguesa ideal, a não ser quando se busca ampliar as estatísticas de falantes (Gonçalves, 2012, apud Faraco, 2016). E as línguas nacionais, autóctones, por falta de políticas linguísticas afrocêntricas, continuam sendo marginalizadas e discriminadas em função do desprezo social e cultural dos seus falantes. A dicotomia colonial tabanka versus praça prevalece – tabanka/aldeia (ver, Santiago Neto, 2025) - tabanka remetendo ao atraso, primitivismo e selvageria e Praça remetendo a qualidades diametralmente opostas: moderno, desenvolvido e/ou civilizado.

Faz-se necessário abrir parênteses para explicar que, no contexto da língua portuguesa (LP), as variedades de prestígio são as faladas no Brasil e em Portugal. Quanto ao primeiro, podemos afirmar que o seu peso na geopolítica mundial e sua capacidade de estabelecer cooperações/acordos concedeu, automaticamente, prestígio a sua variedade linguística, isto é, o prestígio está atrelado à importância geopolítica (o poder), sem contar que o país concentra mais de 80% dos falantes da língua portuguesa (Faraco, 2016).

Os demais países considerados lusófonos ocupam uma posição periférica nesse cenário, a menos que adotem políticas que valorizem suas próprias línguas e culturas. Pois, se são verdadeiramente “lusófonos”, por que, por exemplo, os falantes desses países precisam provar proficiência na língua portuguesa (Celpe-bras), para mais tarde usar o certificado para PEC-G, a fim de ingressar nas universidades brasileiras? Podemos esperar essa atitude colonizadora para com um português ou um outro europeu? Essa atitude demonstra que os demais países da Comunidade de Países da Língua Portuguesa – CPLP só contam como números para alavancar a quantidade de falantes da língua, mas quando se faz necessária a mobilidade, estes precisam comprovar proficiência na língua.

Sendo assim, voltamos, mais uma vez, a questionar o lugar do continente africano na (geo)linguística do poder contemporâneo e fechamos essa seção com a pergunta da epígrafe: por que as línguas africanas não podem falar em nome da África?

2.4 Por uma Política Linguística afrocêntrica

A afrocentricidade é entendida como uma forma de pensamento e prática que coloca os africanos no centro de sua própria experiência (Asante, 2009). Nesta perspectiva, em vez de serem vistos como objetos de estudo ou subordinados a narrativas externas, os africanos são reconhecidos como sujeitos e agentes ativos, capazes de interpretar e agir sobre sua própria cultura, história e interesses humanos. Essa abordagem propõe que qualquer avaliação das condições dos africanos, em qualquer parte do mundo, deve partir de uma localização epistemológica centrada na África e em sua diáspora.

Segundo Tímbane e Tambá (2020), antes da colonização europeia, os povos africanos já possuíam políticas linguísticas próprias, em que cada etnia adotava sua língua como meio de comunicação, integrando-a às normas sociais e culturais. Entendemos como políticas linguísticas não apenas aquelas ações provenientes do Estado, mas toda decisão sobre as línguas, inclusive aquelas tomadas por seus falantes. Entretanto, percebe-se que, devido às políticas linguísticas coloniais excludentes, políticas de proibição de uso e apagamento das línguas locais, também herdadas do período pós-colonial, algumas línguas têm perdido falantes ao longo do tempo, reduzindo sua presença nas comunidades. Por exemplo, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP, há mais de 50 línguas africanas faladas, mas a quantidade exata ainda é incerta devido à falta de estudos completos que identifiquem e registrem a existência dessas línguas. A exigência da escrita e de materiais descritivos, como dicionários e gramáticas, conforme já mencionado, contribuem para o apagamento destas línguas que são, em grande quantidade, ágrafas. Em Angola, as línguas dos povos khoi e san, assim como as línguas vatua, ainda carecem de descrições mais detalhadas (Tímbane, 2022). Essa mesma situação ocorre com as línguas étnicas da Guiné-Bissau, que ainda não possuem um levantamento preciso em termos de quantidade, o que gera discrepância nos dados, apontando números como vinte, trinta, entre outras quantidades

de línguas faladas no país. A carência de estudos acerca das línguas africanas também pode ser percebida em Moçambique, em relação às línguas locais, e São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, em relação às línguas de base crioula faladas nestes locais.

Dessa forma, observa-se que as políticas linguísticas coloniais, como a oficialização da língua europeia como língua de instrução, proibição de uso das línguas locais, dentre outras, tiveram um impacto significativo na redução do número de falantes de diversas línguas africanas, o que pode ser constatado na análise das línguas presentes nas Constituições dos países africanos e nos dados do censo desses países, no que se refere à língua falada pela população. Por meio de uma pesquisa documental, Timbane e Tambá (2020, p. 100) analisaram as 54 Constituições desses países e, segundo os autores,

O importante a apontar do momento é que há elementos em comum: a) a presença de línguas europeias nas Constituições como se as línguas africanas fossem incapazes de realizar uma comunicação plena; b) As línguas africanas são colocadas como línguas nacionais apenas e não ascendem ao status de oficiais; c) As Constituições não propõem o ensino de línguas africanas e nem incentivam a pesquisa e a produção de materiais didáticos e culturais nessas línguas, o que a nosso ver é uma clara violação dos Direitos Linguísticos dos Africanos; d) A formação de professores nessas línguas está longe de se realizar porque a mentalidade colonial ainda reina no seio dos africanos. (Timbane e Tambá, 2020, p. 100)

Nesse sentido, diante dos desafios impostos pela globalização e pela eurofonização, surge a necessidade de uma política linguística afrocêntrica que vise resgatar e revitalizar as línguas africanas. Essa perspectiva propõe a revalorização dos saberes e das línguas autóctones, resgate da oralidade e promoção de estratégias de ensino bilíngue/multilíngue que integrem as línguas nativas ao sistema formal. Para além disso, é necessário que haja investimento em pesquisas para catalogação destas línguas e seus falantes, registro de seu uso e fomento à valorização social destas. Especificamente sobre a educação, Fishman (1991, p. 80) defende que “programas de educação bilíngue podem reverter o processo de perda linguística, ao valorizar as línguas maternas e fortalecer a identidade cultural”. Ademais, a UNESCO (2010) ressalta a importância de documentar e monitorar as línguas em perigo, contribuindo para a elaboração de políticas públicas que favoreçam sua revitalização.

Em resposta a esse cenário, a perspectiva afrocêntrica surge como uma alternativa essencial para a preservação e valorização das línguas autóctones. A proposta de uma política afrocêntrica não se restringe à esfera educacional, mas abrange também a promoção da Literatura, dos meios de comunicação e da participação comunitária, de modo a criar um ambiente propício para a sobrevivência e o florescimento das línguas africanas. De acordo com Timbane e Tambá (2020, p. 100), “Houve independência política e falta a proclamação da independência linguística”. Essa afirmação reforça a necessidade urgente de políticas que garantam a autonomia linguística dos povos africanos, reconhecendo suas línguas não apenas como símbolos culturais, mas como instrumentos essenciais para a construção de identidade e soberania. Podemos citar alguns países que seguem essa vertente das políticas/decisões relacionadas às línguas e que valorizam as línguas locais, colocando-as no patamar de língua oficial, como a África do Sul, com 11 línguas oficiais, dentre as quais podemos citar Xhosa, Tswana e Suázi, e países como Tanzânia e Quênia, que têm a língua Suaíli como oficial. Consideramos medidas importantes, pois a independência verdadeira só será completa quando as línguas autóctones forem plenamente valorizadas e integradas às estruturas sociais, educacionais e políticas. Para isso, Timbane e Tambá (2020) defendem a necessidade de fortalecer e valorizar as línguas africanas por meio de ações concretas, destacando quatro frentes principais para esse avanço:

a 1ª corresponde a oficialização das suas línguas autóctones especialmente nos municípios ou cidades onde essas línguas são faladas; 2ª A implementação do ensino bilíngue por forma a que as crianças tenham o direito e a oportunidade de aprender em suas línguas e em simultâneo a língua oficial. A ideia é de colocar esse ensino em todos os níveis e graus de ensino até ao superior. Aqui se inclui a produção de dicionários e gramáticas que ajudem na aprendizagem na língua; 3ª Promover a publicação de literatura, arte e cultura em línguas locais para que a sociedade tenha acesso. Aqui se inclui a difusão expansão da mídia escrita, televisiva; 4ª O combate ideológico e do preconceito linguístico é fundamental e que deva partir dos políticos e do governo por forma a que se possa elevar a autoestima e desenvolvimento endógeno partindo da própria língua. A cultura e as tradições agradecerão (Timbane e Tambá, 2020, p. 101).

Além dessas frentes apontadas pelos autores, é essencial garantir a inserção das línguas autóctones na administração pública e no sistema jurídico, fortalecendo seu papel oficial na sociedade. O uso de tecnologias digitais pode ampliar o acesso ao ensino e à preservação dessas línguas, enquanto o estímulo à pesquisa acadêmica possibilita um maior aprofundamento e a produção de materiais educativos. Além disso, a cooperação internacional pode impulsionar iniciativas de revitalização, promovendo estratégias que consolidem a valorização linguística e cultural de forma duradoura.

Portanto, do itinerário seguido até aqui, fica evidente que a preservação e valorização das línguas africanas são essenciais para a construção de identidade, autonomia e desenvolvimento sociocultural. A globalização e a predominância de línguas europeias frequentemente reduzem o espaço das línguas africanas, dificultando sua transmissão intergeracional. Uma política linguística afrocêntrica busca reverter esse processo, promovendo autonomia cultural e identidade histórica, além de incentivar o ensino bilíngue, a oficialização das línguas autóctones e a produção de conhecimento por meio da pesquisa e da Literatura. Somente por meio de ações concretas e cooperação ampla será possível consolidar a verdadeira independência linguística dos povos africanos e garantir o florescimento de suas línguas no futuro.

Considerações finais

A análise dos impactos da globalização e do linguicídio na sobrevivência das línguas africanas evidencia que a pressão dos sistemas linguísticos dominantes resulta na marginalização das línguas autóctones. A *eurofonização*, ao promover a disseminação das línguas europeias, intensifica esse fenômeno e dificulta a manutenção da diversidade cultural. E, no fundo, a eurofonização tem como objetivo oculto, a curto e médio prazo, subalternizar as línguas locais, insinuando que as línguas europeias são de usos cotidianos nesses países, e, ao longo prazo, garantir o seu desaparecimento gradual.

Contudo, existem iniciativas que adotam uma política linguística *afrocêntrica* e oferecem caminhos promissores para a preservação das línguas locais. A implementação de programas educacionais bilíngues e a valorização dos saberes tradicionais são medidas essenciais para reverter o processo de linguicídio e promover a justiça linguístico-cultural. Além disso, ações de extensão que colocam as línguas africanas como línguas a serem ensinadas e aprendidas fora do continente é uma medida que toma a globalização a favor das línguas africanas.

Portanto, para que as línguas africanas possam sobreviver e continuar a contribuir para a riqueza do patrimônio imaterial dos povos, é imprescindível o desenvolvimento de políticas que reconheçam e integrem a diversidade linguística. A construção de uma política linguística *afrocêntrica*, que se apoie na documentação, ensino e promoção das línguas autóctones, é um passo fundamental para a construção de sociedades mais inclusivas e culturalmente diversas.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 10. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.
- ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricity: the Theory and Practice of a New Worldview*. New York: Routledge, 2009
- AZAGAIA, Mano. Maçonaria. In: *Cubalima*: Kongoloti Records, 2013. Faixa 3. Disponível em: <<https://youtu.be/ItKOVrMZCBM?is=m7l7sNg5RBIKMjnk>>. Acesso em: 16 de abril 2025.
- BROCK-UTNE, Birgit; DESAI, Zubeida. Language policy and practice in multilingual, post-colonial countries: Some lessons from southern Africa. In: MAKONI, **Sinfree**; MEINHOF, Ulrike Hanna (org.). *Africa and applied linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. pp. 1-14.
- CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial/IPOL, 2007.
- CHINWEIZU, Ibekwe. *Reparações e a Guerra Pan-Africana contra o Genocídio*. 2004. p. 106-122.
- CRESWELL, Jonh Ward. *Projeto de Pesquisa: Método Qualitativo, Quantitativo e Misto*. Porto Alegre: Ed. Artmed, Consultoria, 2010. Tradução de: Magda França Lopes.
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FARACO, Carlos Alberto. Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In LOBO, Tânia, CARNEIRO, Zenaide, SOLEDADE, Juliana, ALMEIDA, Ariadne e RIBEIRO, Silvana. (orgs). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 31-50. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books
- FISHMAN, Joshua. *Reversing Language Shift: Theoretical and Empirical Foundations of Assistance to Threatened Languages*. Clevedon: Multilingual Matters, 1991.
- FONTELLES, Mauro José, SIMÕES, Marilda Garcia, FARIAS, Samantha Hasegawa e FONTELLES e Renata Garcia Simões. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista paraense de medicina*, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.
- GARCÍA, Ofélia; WEI, Li. *Translanguaging: Language, Bilingualism and Education*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.
- GONÇALVES, Perpetua. *Lusofonia em Moçambique: com ou sem glotofagia?* Comunicação apresentada no II Congresso Internacional de Linguística Histórica. – Homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

MÜHLHÄUSLER, Peter. Linguistic ecology: Language change and linguistic imperialism in the Pacific region. London: Routledge, 1996.

PETTER, Margarida. *Introdução à linguística africana*. São Paulo: contexto, 2015.

PHILLIPSON, Robert. *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

ROY-CAMPBELL, Zaline Makini. African language instruction in the United States: A historical overview. In: BROOKS, George Earl Jr. (org.). *Teaching Africa: A guide for the 21st century classroom*. Washington, DC: National Council for the Social Studies, 2006. p. 1–14.

SANTIAGO NETO, Reginaldo Umateb. *(Des)colonialidade da linguagem em diálogo com ideologias linguísticas nas vozes de guineenses*. Dissertação (mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). *A Globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

THIONG'O, Ngũgĩ Wa. *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature*. London: James Currey, 2000.

THIONG'O, Ngugi wa. Lembrando da África: memória, restauração e renascimento africano. In: LAUER, Helen; ANYIDOH, Kofi (Org.). *O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas*. Brasília: FUNAG, 2016. p. 2665-2694.

TIMBANE, Alexandre António. Políticas linguísticas de internacionalização do português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: caminhos e desafios do português africano. *Revista de Estudos de Português Língua Internacional*. Vol. 2, N. 2 (jul./dez.), 2022.

TIMBANE, Alexandre António; TAMBÁ, Pansau. A política linguística na África e situação das línguas autóctones na educação: uma análise crítica das constituições. *Revista Digital de Políticas Linguísticas*. Año 12, Volumen 12, octubre 2020. ISSN 1853-3256.

TURÉ, Wilson Miguel. *Epistemologias guineenses em No fundo do canto, de Odete Semedo: saberes afrorreferenciados*. Curitiba, 2025. Disponível em: <https://shre.ink/3bII>. Acesso em: 12 jun. 2026

UNESCO. *Atlas of the World's Languages in Danger*. 3rd ed. Paris: UNESCO Publishing, 2010.

VILLaverde, Adão Roberto Rodrigues, SANTANA, Alex Miranda, LUCE, Bruno, DECARLI, Cecília, VALÉRIO, Cláudio da Silva, FRAGA, Cristiano da Cruz, BRASIL, Gabriela Dipicoli, BERTOTTI, Heidi Fernanda, SILVA, Jorge Alexandre Carvalho, SOARES, Laura Valladares de Oliveira, RAMOS, Luciana Domingues, CORRÊA, Maiara Lenine Bakalarczyk e BATISTA, Paulo Sérgio. Tipos de pesquisa quanto a sua natureza. In: ROBAINA, José Vicente Lima, FENNER, Roniere Dos Santos, MARTINS, Léo Anderson Meira, BARBOSA, Renan De Almeida e SOARES, Jeferson Rosa (ORGS.). *Fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa em educação* 1.ed. em ciências [recurso eletrônico] / [org.] – 1.ed. – Curitiba, PR: Bagai, 2021. E-book. p. 40-45.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIANA, Jorge.; TAPIA, Luis.; WALSH, Catherine. (orgs.). *Construyendo interculturalidad crítica*. La Paz: Instituto Internacional de Integración, 2012. p.

ZSIGA, Elizabeth Cook.; BOYER, Sandy; KRAMER, Michael Alan. *Languages in danger*: How language endangerment affects us all. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

Submetido em 30/06/2025

Aceito em 29/07/2026